



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Lutas sociais e controle democrático nas políticas sociais.

SUJEITO SOCIAL E IDENTIDADE COLETIVA NA LUTA POR DIREITOS

VALÉRIA CRISTINA GOMES DE CASTRO¹

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos do que se define por sujeito social e identidade coletiva na luta por direitos. Esta contradição se traduz na posição do imobilismo diante dos fatos e transformações políticas, insurgência da violência e possibilidade de formas compartilhadas de espantar o medo tão presente nas sociedades contemporâneas. Buscamos desenvolver conceitos de *Bourdieu*, a fim de configurar uma ideia de sujeito que contribua para compreensão dos mecanismos de legitimação e contraposição à dominação existente em nossa sociedade, contribuindo para o debate sobre o tema e a compreensão de aspectos referentes à ação dos sujeitos e mobilização social.

Palavras-chave: Mobilização Social; Democracia; *Política Social*

Abstract: This article analyzes some aspects between what is defined by social subject and collective identity in the struggle for rights. This contradiction translates into the position of immobility and of political facts and transformations, the insurgency of violence, and possibility of shared forms of taking the fear away, so present in contemporary societies. We seek to develop concepts of *Bourdieu*, in order to configure an idea of subject that contributes to an understanding of the mechanisms of legitimation and contraposition to the existent domination in our society, contributing to the debate about the subject and the understanding of aspects related to the subjects' action and social mobilization.

Keywords: Social Mobilization; Democracy; Social Policy

1. INTRODUÇÃO

“Sem cílios e sem destinos
No ar sem proteção,
Espantalhos de beira córregos, os pássaros
Pequenos não se intimidam... Passam”
Portinari, C. Aparições (1964: 66)

As intensas transformações políticas e mudanças de concepções e valores de vida surpreendem os nossos dias e desafiam as análises sobre a contemporaneidade, em que a reflexão sobre a participação dos sujeitos em sociedade se faz necessária e de difícil compreensão. Em que consiste efetivamente participar? Seria a atuação em instâncias institucionalizadas, como os conselhos e entidades associativas ou a atuação em grupos organizados de

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <vavacgcastro@gmail.com>.

defesa de direitos? A ordem democrática estaria se reconfigurando e exigindo diferentes formas de mobilização social e organização política? A violência seria uma resposta à incapacidade da sociedade em responder às questões sociais demandadas por meio da atuação em espaços representativos?

Obviamente não pretendemos aqui esgotar essas indagações tão complexas, mas contribuir para refletir sobre este tema inquietante, especialmente no Serviço Social, em que a temática é bastante comum no cotidiano profissional. Buscamos aqui ‘desnaturalizar’ a participação, por meio da sistematização de alguns conceitos, bem como, na ampliação de conhecimentos sobre autores que possam colaborar para análise do cotidiano da política e da relação entre subjetividade e estrutura social, como é o caso de *Bourdieu*. Os conceitos de *Habitus*, Campo e Economia das Trocas Simbólicas, conforme desenvolvidas pelo autor, serão elementos norteadores deste artigo, acrescidos da análise de outros autores para definição do tema da participação a partir das dimensões do sujeito político e mobilização social. Esperamos assim, contribuir para construção de novas formulações teóricas e implementação de políticas sociais, especialmente, as que contemplem ações educativas e comunicação.

2. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

2.1 - Participação Social como Conceito Relacional e as Contribuições de *Bourdieu*

Bourdieu foi um Filósofo e Sociólogo Francês de origem campesina (1930-2002). As ideias desenvolvidas pelo autor vieram contrapor conceitos e teorias em disputas no meio acadêmico do que se constituiu a sociologia francesa em meado do século passado, várias concepções foram desenvolvidas pelo autor a partir da contraposição a autores clássicos como *Karl Marx*, *Max Weber* e *Durkheim*, especialmente este último, com o objetivo de discutir a mediação existente entre indivíduo e sociedade na complexa relação entre estrutura e sujeitos a partir das dimensões concretas dos espaços sociais. A obra de *Bourdieu* discute como os indivíduos interagem à estrutura social e aos aspectos subjetivos desenvolvidos por estes, seja legitimando, reproduzindo ou

transformando essas estruturas e as relações de poder existentes na sociedade e como ela se reproduz cotidianamente no comportamento entre gerações.

Um dos conceitos mais relevantes de sua obra é o de *habitus*, em que a apropriação simbólica de concepções e normas constitui a forma de ação e reprodução de valores nos corpos dos indivíduos.

O *Habitus* e sua Dimensão Simbólica

Para o autor o conceito de *habitus* refere-se à forma como os agentes sociais incorporam em seus corpos ideias e concepções sociais, reproduzindo valores. A renovação é possível, porém ocorre de forma lenta, por exemplo, hábitos alimentares são adquiridos ao longo da vida e apresentam características culturais e sociais de grupos específicos, que adquirem dimensões simbólicas e práticas de difícil mudança. As condições sociais que norteiam a existência definem o acesso a determinados alimentos e formas de preparo, que vão configurando uma herança cultural e também uma definição de gosto, gestos e ideologias. Estas ideias são reproduzidas por meio de discursos normativos que contribuem para o desenvolvimento de sentidos práticos. Segundo Bourdieu, “o *habitus* é o mundo social descrito nos corpos dos agentes” e compreender o *habitus* é analisar como as regras sociais operam na prática. Segundo Martins (1990), em um artigo que discute as contribuições de *Bourdieu* para sociologia da educação, são estabelecidas as possibilidades de integração teórica de um conhecimento denominado praxiológico. Para este autor:

“*Bourdieu* vai reter a idéia escolástica do *habitus* enquanto um sistema de disposições duráveis. Procurará ressaltar que a sua existência resulta de um longo processo de aprendizado, produto do contato dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais. As condições materiais características de uma determinada classe social e a incidência destas condições de existência no contexto familiar constituem, segundo ele, uma mediação fundamental na produção do *habitus*.” (Martins, 1990:65)

Assim, o *habitus* seria as inclinações a perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas e incorporadas por cada indivíduo dependendo das condições objetivas à sua existência e de sua trajetória social fortemente enraizada. Seriam ‘estruturas estruturadas’ que funcionariam como ‘estruturantes’, constituindo

estratégias de reprodução social, em que os indivíduos percebem de formas distintas a realidade.

“A sociologia moderna seria uma forma de compreender estes mecanismos e contribuir para sua mudança, que em sua perspectiva, seria “compreender o mundo social, ou melhor, os distintos espaços sociais, desvendando os mecanismos de poder que estão subjacentes a cada um deles, assim como a produção dos agentes que a partir de suas condutas buscam alterar e/ou conservar estes espaços sociais”. (Martins, 1990:70)

Nessa perspectiva, a estrutura, o conhecimento e a ação seriam construções históricas que contribuem para a compreensão do *habitus* que orienta a condutas e estratégias dos agentes e do ‘Campo’, outro conceito de *Bourdieu*. Campo seria o mundo social nos quais os indivíduos socializados investem seus desejos e energias na existência, em que a prática não decorre somente das intenções subjetivas do agente, ela emerge, ela nasce da relação obscura entre dois modos de existência social que são o *habitus* e o campo, "a história objetivada nas coisas" e a "história encarnada nos corpos".

Campo como Espaço Social

Os campos são espaços sociais onde as ações individuais e coletivas ocorrem, são criadas e transformadas constantemente por essas próprias ações. São dialeticamente atuantes por meio de uma dinâmica que influencia e é influenciada pelos sujeitos. Nesses espaços, convivem em diferenças em situação de equilíbrio e distribuídas uniformemente em uma perspectiva relacional, é o que ocorre na imagem metafórica dos móveis. Em sociedade convivem diferentes campos sociais que produzem ideias e produções que alimentam e são alimentadas por seus agentes, o campo científico, artístico, jurídico, entre outros, constituem um microcosmo de um mundo social com leis mais ou menos específicas. Segundo o autor, há uma relativa autonomia entre esses espaços, em que a noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, com autonomia parcial, sendo que uma das grandes questões que surgiram a propósito do campo científico será a respeito do grau de autonomia que eles usufruem. É o que podemos perceber na obra original de *Bourdieu*:

“Autonome, selon l’étymologie, veut dire qui a sa propre loi, son propre nomos, qui a em lui-même le principe et la règle de son fonctionnement. C’est un univers dans lequel sont à l’oeuvre des critères d’évaluation qui lui sont propres et qui ne vaudraient pas dans Le microcosme voisin. Un univers obéissant à ses propres lois, qui sont différents des lois du monde social ordinaire. Quelqu’un qui entre em politique, comme quelqu’un qui entre em religion, doit opérer une transformation, une conversion et même si celle-ci ne lui apparaît pas como telle, même s’il n’en a pas conscience, elle lui est tacitement imposée, La sanction em cas de transgression étant l’échec ou l’exclusion”. (Bourdieu, 2000: 52)

Todo o campo é um campo de forças, de lutas pela conservação ou transformação, em um primeiro momento como um espaço científico ou religioso, como um mundo físico, que comporta relações de força. Esses campos específicos constituem instrumentos de conhecimentos de determinados objetos, que se referem a problemáticas, sistemas de classificação, instrumentos de codificação e regras. A prática e especializações nesses campos promovem maior autonomia aos pesquisadores com mais capacidade de falar fora do campo com autoridade simbólica e capacidade prática para reprodução do que se denominou de *realpolitik*. É o que discute *Bourdieu* na obra “Os usos sociais da ciência” ao debater a questão da demanda social como transversal ao campo social e político. Na opinião do autor muitas das demandas sociais encaminhadas ao campo científico se constituem a partir de falsos problemas que são postos ao povo por campos específicos, como o jornalístico e político.

*“Essa *realpolitick* da qual estou tentando dar uma ilustração, propõe que, para quê se realize o ideal que se dá como a verdade da comunicação, é preciso agir sobre as estruturas nas quais se concretiza a comunicação, por uma ação política, mais específica, isto é, capaz de atingir os obstáculos sociais específicos da comunicação racional e da discussão esclarecida”. (Bourdieu, 2004:67)*

A noção de campo traz em si a difícil delimitação desses espaços e dos agentes que a compõem. Os campos constroem discursos e práticas que se retroalimentam a partir de diferentes interações, frequentemente reinventadas, ao mesmo tempo em que mantidos em sua lógica, lutam pela sua preservação e poder. Os indivíduos acumulam socialmente conhecimentos e saberes que os habilitam a ingressar em determinado campo simbólico e de poder, é o que se observa na trajetória escolar e o ingresso no mundo acadêmico, em que apenas uma

pequena parcela da sociedade consegue acessar. São *ethos* que formam uma dada coletividade, conferindo valores e crenças que legitimam certas escolhas e trajetórias individuais, acumuladas em um aprendizado prático e teórico, é como se um determinado indivíduo movido por um inconsciente que antevê suas razões práticas, fosse autorizado pelos seus pares, e por si mesmo, a agir e falar em determinado campo.

Economia das Trocas Simbólicas

Principalmente a partir da metade da década de setenta, *Pierre Bourdieu* aprofunda uma de suas teorias, a das trocas simbólicas, discutindo a inadequação da noção de competência lingüística pela de competência prática, pela qual o domínio prático da linguagem e das situações permite produzir o discurso adequado em determinado contexto, a linguagem seria a expressão simbólica de um pensamento, que elucidaria o pensamento de povos e grupos. A língua expressa também disputas de poder, legitimação e resistências e mais que a apresentação do mérito ou da competência exigida na educação hegemônica, traduz histórias, lutas, indignações e costumes, ou seja, os *habitus* em diferentes realidades. Esta análise nos permite compreender as estruturas invisíveis da comunicação, dos discursos e gestos, das estruturas dos espaços sociais e das trajetórias que o organizam. É o que discute o autor ao falar do lugar social de subalternidade da mulher e da legitimação socialmente construída do poder de dominação masculino.

“Forma peculiar da lucidez especial dos dominados, o que chamamos de "intuição feminina" é, em nosso universo mesmo, inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, à atenção, e às atenções, à observação e à vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos. Muitas pesquisas puseram em evidência a perspicácia peculiar dos dominados, sobretudo das mulheres (e muito especialmente das mulheres dupla ou triplicemente dominadas, como as donas de casa negras, de que fala Judith Rollins em *Between Women*): mais sensíveis aos sinais não verbais (sobretudo à inflexão) que os homens, as mulheres sabem identificar melhor uma emoção não representada verbalmente e decifrar o que está implícito em um diálogo;”. (*Bourdieu*, 2012: 42)

Os espaços sociais são relacionais, estabelecido em valores que definem as diferenças entre bom e mau, bonito e feio, distinto e vulgar, entre outros.

Porém, esses comportamentos e opiniões são socialmente construídos, podendo variar em diferentes contextos, o que pode parecer distinto para uns, poderá ser considerado ostensivo em outras situações, como exemplo, o uso de palavras ou expressões estrangeiras em diálogos cotidianos. Para o autor, os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas. Por exemplo, a forma de alimentação de um operário e o gosto por determinados alimentos definem um esquema diferenciado de modo de vida. Do mesmo modo, as diferentes formas de participação em uma determinada sociedade, só podem ser compreendidas a partir das relações sociais construídas ao longo dos tempos, que deixam suas marcas históricas, porém não como descrito em muitas correntes de pensamento, como substâncias imutáveis que estariam registradas e definidas na essência biológica dos indivíduos. É o que podemos observar nas concepções que legitimam as formas de dominação masculina ou de superioridade racial, que na opinião do autor não expressam na verdade uma diferenciação biológica, e levam a erros de interpretação que comparam formas diferentes de vida e momentos históricos.

“o modo de pensar substancialista, que é o do senso comum - e do racismo - e que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou - o que não é melhor - cultural, leva aos mesmos erros de compará-lo não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos da mesma sociedade”. (*Bourdieu, 2008:17*)

Para *Bourdieu*, a questão da classe social, conforme discutida por Marx careceria de uma existência real. Para ele existiriam espaços sociais, espaços de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, não como algo estabelecido, mas como algo a se fazer. Para *Bourdieu*, há uma relação complexa entre as estruturas objetivas e subjetivas: "o mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contendo", enquanto que na obra de Marx, o enfoque principal estaria referido à análise das estruturas de organização econômica na sociedade capitalista e a divisão do trabalho, por meio da exploração de mais valia. Para Minayo (2017), a análise de *Bourdieu* se opõe ao determinismo econômico por considerar outras formas de análise sobre a dinâmica social:

“Sua definição vai contra a ideia de determinismo econômico, associa a importância dos relacionamentos e dos contatos (capital social) que se constroem com educação, capacidade intelectual e retórica; inclui a presença ou ausência de prestígio (capital cultural) e agrega o papel dos gostos, estilos, valores e estruturas psicológicas que decorrem das condições de vida (capital simbólico). Nesse conceito, *Bourdieu* junta as ideias de *habitus* e *campo* e responde sua questão originária de como os indivíduos, através de diferentes formas de dominação e poder incorporam a estrutura social, legitimando-a, reproduzindo-a ou transformando-a”. (Minayo, 2017: 10)

Nosso intuito neste breve ensaio não é traçar distinções entre *Bourdieu* e outros autores, mas por meio do referencial deste, trazer alguns elementos que contribuam para discussão sobre participação social na atualidade. Muitas questões têm sido discutidas por diferentes autores sobre os espaços institucionais de participação no Brasil, são considerações mais próximas à quantidade ou à forma de participação da sociedade nos espaços políticos, no entanto, destacamos que o país tem construído historicamente um legado de participação em decisões político-institucionais relacionadas a espaços públicos pouco observados em outros países. Porém, na realidade cotidiana, até mesmo a lógica da *polis* grega e da *acrópole* como ideário de práticas democráticas, se encontra muito distante de nossa complexa sociedade industrial, e mesmo naqueles espaços, as desigualdades quanto aos membros capazes de exercer a participação era evidente, sendo destinados aos homens livres de origem Ateniense. Ressalto a importância dos mecanismos participativos criados com o Sistema Único de Saúde (SUS) e posteriormente também no Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS) e toda a luta de construção de espaços democráticos, mesmo que consideremos todos os limites e desafios dessa configuração, cabe ressaltá-lo como um *ethos* organizativo de muita relevância.

2.2 - Participação Social: sujeitos, resistências e ocupação de espaços coletivos

Consideramos que os seres humanos agem e modificam o mundo a partir de uma ação ontocriativa, limitadas pelas condições reais existentes, mas também recriando essas condições e agindo por meio de mediações em reflexos reais de vida. Na perspectiva de *Lukács* ocorreria uma objetivação das ideias abstratas ao ganhar existência objetiva na realidade, nesse processo é que se

cria e recria novos seres e relações ao confrontar as ideações iniciais à realidade concreta e às ideações de outros agentes sociais. Desta forma, os sujeitos teriam então controle parcial dessa nova realidade, sendo a alienação o momento desse primeiro contato de objetivação com a realidade. Para o autor a práxis por meio do trabalho é a medida de reflexão dessas condições.

“O mais primitivo dos trabalhos, como que o homem pré-histórico fazia, recolhendo pedras, pressupõe que a realidade em questão é refletida corretamente. Pois nenhuma posição teológica se efetua com êxito sem uma representação, mesmo que primitiva, da realidade visada pela prática. A práxis só pode ser a realização e o critério da teoria porque tem como fundamento ontológico, como pressuposto real de toda posição teleológica real, uma reflexão da realidade considerada correta”. (Lukács: 28)

A origem etimológica de participação encontra-se em “*participatio*”, do latim, que significa “ter parte na ação”, deriva da palavra que “parte” significa fazer parte, tomar parte ou ter parte. E dessa premissa que a ideia de participação aqui descrita se refere, tendo como referência um sentido amplo de participação social que a coloca em um aspecto dirigido a forças populares de questionamento da ordem social capitalista e de contra posição a regimes autoritários de modo de organização societária. Nesse sentido participar, envolve a ação de sujeitos detentores de direitos e de valores humanos emancipatórios. Participar neste sentido constituiria um conjunto de costumes e hábitos no âmbito da vida cotidiana e cultural (nas famílias, no trabalho, nas instituições, igrejas, conselhos, etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de um determinado contexto sócio-político.

Regulamentados na constituição federal de 1988, os conselhos, conferências e comissões intergestoras de saúde, passaram a fazer parte do arcabouço político do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo diretrizes sobre a forma de organização administrativa nas três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal). No entanto, as conferências nacionais já existiam no Brasil desde o ano de 1941, quando ocorreu a primeira conferência de saúde, ainda sobre a égide do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema Filho no governo do Presidente Getúlio Vargas. Ainda com uma forte tendência centralizadora de ações políticas, a primeira conferência aponta para ações no âmbito da saúde e educação pautadas pela lógica das campanhas de saúde

pública e da educação na saúde como formas de ações sanitárias indutoras de regras e comportamentos. É o que podemos observar nas diretrizes da Primeira Conferência Nacional de Saúde e da Primeira Conferência Nacional de Educação em 1941:

“A primeira Conferência Nacional de Saúde deverá:

- a) Estudar as bases de organização de um programa nacional de saúde e de um programa nacional de proteção da infância, síntese dos objetivos a serem atingidos e dos meios a serem mobilizados, nesses dois terrenos do serviço público nacional.
- b) Estudar e definir o sistema de organização e administração sanitária e assistenciais, nas órbitas nacional e municipal.
- c) Considerar, de modo especial, as campanhas nacional contra a lepra e a tuberculose, para o fim de serem assentadas medidas à sua coordenação e intensificação, e bem assim a situação das cidades e vilas de todo o país quanto à montagem e funcionamento dos serviços de água e esgotos”. (Brasil, 1941:36)

A partir de 1988 com o SUS, se passou a constituir espaços institucionalizados de formalização de demandas da sociedade civil e de formulação de políticas e de controle social. A organização participativa do SUS tem sido referência também para outras políticas no Brasil, como na assistência social - SUAS. Foram mais de meio século de disputas e consolidação de espaços participativos na saúde, que a ‘golpes’ e ‘contra golpes’, vem conseguindo reverter uma clara tendência de centralização decisória e verticalização das ações e autoritarismo presentes na política brasileira, mas há um ‘*modus operandi*’, uma forma de funcionamento que tende a reproduzir uma lógica de decisão e de reprodução dos encaminhamentos. A ação de diferentes grupos sociais organizados, como portadores e familiares de patologias (AIDS, hanseníase, ostomizados, saúde mental, entre outros), movimento LGBT, camponeses, mulheres, negros, religiosos, profissionais de saúde e gestores, tem conseguido denunciar situações de risco à saúde e exigido medidas que possibilitem o cuidado adequado a problemas de saúde e pesquisas que promovam melhoras de condições de vida e avanços tecnológicos sustentáveis.

As formas de representação nos conselhos e conferências, bem como, os conflitos adjacentes a esses espaços trazem para arena institucional questões que intrinsecamente fazem parte dos “bastidores” da política, ou seja, da política local ou de outras instâncias de poder. Cabe ao conjunto de atores sociais envolvidos, a capacidade de saber compreender e articular possibilidades de

soluções aos problemas em questão, no entanto, se reproduzem com frequência, valores que legitimam a dominação entre gêneros, grupos étnicos raciais e de defesa de interesses da classe hegemônica, mesmo entre aqueles que deveriam se constituir enquanto pares. A múltipla subordinação, bastante comum em nossa sociedade, necessita assim, ser enfrentada pelos sujeitos que articulam e representam interesses legítimos desses grupos.

Em nosso entendimento, as análises e conceitos de *Bourdieu* podem contribuir para esta compreensão, ao buscar conjugar aspectos da estrutura e organização social a elementos de subjetividade na conformação dos sujeitos e da sociologia da *práxis*, inclusive por meio da transposição ao campo simbólico de vocabulários do campo econômico, presente também no campo da saúde e das outras políticas públicas, assim como, dos espaços e instâncias deliberativas que as envolve. Conforme discutido anteriormente, para o autor a linguagem é uma *práxis*, que se mostra adequada a diferentes contextos, é o que observamos, por exemplo, na ação política no período ditatorial no país em que expressões artísticas continham frequentemente expressões metafóricas para driblar a censura existente.

Na prática, os espaços dos conselhos e conferências parecem pouco representar as necessidades reais de boa parte da população e possivelmente passam despercebidas por uma parcela significativa de usuários do sistema e da população em geral, no entanto, esses espaços de representação expressam o conjunto de poderes e valores preponderante em nossa sociedade, onde as lideranças constituem a expressão das crenças, interesses e disputas da sociedade. Os espaços de participação constituem, assim, a realização da *práxis* em torno de um determinado campo e da sociedade em geral.

Os sujeitos políticos agem em conselhos e conferências a partir de práticas, ideias, concepções e *habitus*, mobilizando informações e mecanismos de operacionalização de políticas, atualizados por meio de táticas e estratégias que vão além das definições explícitas dos conteúdos em pauta, constituindo um campo específico de atuação, linguagens e disposições que configuram encaminhamentos e confronto de sentidos e lógicas. O aprendizado político desses espaços constitui um importante legado as novas gerações para transformação das estruturas autoritárias e de dominação, presentes em nossa

sociedade e conseqüentemente também dos espaços de participação. Porém, em um mundo cada vez mais tecnológico e global, a ação de redes políticas e o uso maior de tecnologias, por um lado, aumentam as distâncias entre os detentores desses conhecimentos, mas por outro, derrubam fronteiras e ampliam territórios e articulam indivíduos e povos que antes possuíam poucos recursos e ferramentas de comunicação e acesso a informações em maior velocidade, disseminando valores, decodificando ideias e gerando novos códigos, projetos, recursos e possibilidades, para além das anteriores formas de mobilização por meio da esfera produtiva e da representação sindical.

“De uma organização da classe trabalhadora, circunscrita à ambiência fabril (através da ação dos sindicatos) e ao espaço dos partidos políticos (instituições do Estado burguês), potencializa-se a participação política da classe trabalhadora em seus diversos segmentos com novas formas de representação, dado o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com a formação de redes de cooperação política mediante a utilização das redes sociais informacionais. A ação dos movimentos sociais que se manifestam em espaços da cidade (ruas e praças), articulados e mobilizados por redes sociais, vem demonstrar que há algo novo no padrão sócio-histórico definido pelo desenvolvimento inédito das forças produtivas, que contraria não somente as relações de produção, mas também a capacidade de ação política de seus agentes (neste caso particular, as forças vinculadas ao trabalho)”. (Ramos, 2016:55)

Na praxiologia de *Bourdieu*, informar possui o sentido de codificar, onde a definição de códigos e regras legítimas difere entre os grupos societários. Porém, os recursos tecnológicos e os avanços das formas de exploração capitalista no mundo globalizado, também se caracterizam por movimento. As forças produtivas deixaram de ser a principal alavanca do capital e o capital financeiro especulativo se fortalece no cenário mundial sem domicílio fixo, e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, o capital é supranacional — “planetário”, mudam a todo instante, influenciando políticas, derrubando governos e estabelecendo uma ordem de incertezas.

Mobilização e Resistência

Mobilizar pessoas envolve provocar reações no intuito de objetivar ações comuns na busca de resultados planejados e almejados, “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e

um sentido também compartilhados” (*Toro e Werneck, 1996*). Os sujeitos se vêem mobilizados a agir socialmente a partir de seu reconhecimento de situações de opressão e injustiça ou mesmo por suas convicções e desejos de mudança, como aquilo que se reflete na atuação no mundo a partir de uma vontade, de suas paixões e do interesse de construir uma coletividade motivando atos e pensamentos. É o que podemos perceber nas reflexões de Davis (2013), sobre a luta do povo negro americano na luta pelo direito a educação, contrariando a lógica racista de incapacidade e desinteresse intelectual dessa população:

“O poder místico do racismo frequentemente emana da sua irracionalidade, da lógica de pernas para o ar. De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação”. (Davis, A. 2013:77)

As mudanças sociais afetam as nossas vidas no trabalho, nos pensamentos, na política, na economia, na cultura e no lazer. Na atualidade, as decisões humanas são tomadas cada vez mais mediadas pelo uso da tecnologia e maior acumulação de capital econômico, podendo produzir danos ambientais de grande proporção, exaustão de recursos hídricos, extinção de florestas, desertificação, poluição do ar e envenenamento de alimentos por produtos químicos. Por outro lado, reações como a protagonizada pelas mulheres camponesas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que promoveram a destruição de mudas e sementes em protesto à produção de transgênicos, ou os protestos das populações afetadas pelas destruições causadas por desastres ambientais, como o ocorrido na cidade de Mariana em Minas Gerais (MG) em 2015 ou na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, ou mesmo os frequentes conflitos de terra e mobilização no campo e em comunidades indígenas, que demonstram os impasses vividos diante da mega exploração capitalista, que afeta principalmente a população mais pobre, mas desafia a capacidade de mobilização desses povos.

No Brasil, as marcas colonialistas estão escritas em toda parte, em conjuntos arquitetônicos, heranças culturais e religiosas e nos valores de supremacia racial, presente ainda nas crenças, valores e ideias de problemas relacionados à mestiçagem da população, de supremacia de valores europeus ou norte-americanos, e de uma suposta apatia popular, onde a falta de participação política é frequentemente ressaltada no senso comum. Porém, se analisarmos a rede de relações e de formulação de políticas que promovem melhorias em nossas condições de vida e desmontaram complexos esquemas de exploração do capital em nosso país, talvez possamos valorizar a nossa história e de outros povos, ou submergiremos a desesperança, no que diz *Sartre* para os Europeus no prefácio da obra de *Fanon* (1961), “Os condenados da Terra: “nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus grilhões; é isto que torna seu testemunho irrefutável. Basta que nos mostrem o que fizemos delas, para que conheçamos o que: fizemos de nós”. (Sartre in *Fanon*, 1961: 14)

Violência e Participação

A luta de boa parte da população na conquista de direito tem se constituído sob diferentes formas. Para alguns autores a democratização passaria necessariamente pela articulação entre democracia participativa e representativa, ou seja, por formas de participação que envolve ações mais diretas em ações coletivas de cunho reivindicatório e aquelas exercidas por espaços de delegação política, seja em conselhos, partidos ou associações. As formas públicas de monitoramento de governos e as ações em rede como exercidas, por exemplo, pelo *Anonymus* e as mobilizações em redes sociais, tem possibilitado novos arranjos políticos que reconfiguram os processos democráticos na atualidade. Estas ações pautadas também por grupos de populações minorizadas e estigmatizadas, aceleram denúncias e conquista em prol da equidade, possibilitando inovações à estrutura vigente.

Porém, a sociedade capitalista se reorganiza também em novas ordens sociais, em que as forças capitalistas de produção disputam sentidos e, se necessário, utilizam as forças coercitivas do Estado para conter avanços populares que se oponham à ordem vigente e a acumulação de capital. Neste

cenário, a violência se aprofunda e passa a ser legitimada socialmente mesmo por aqueles que sofrerão as restrições impostas à ordem do capital. Em uma sociedade como a brasileira, fortemente marcada pelo julgo da escravidão, a violência simbólica conforme conceituado por *Bourdieu*, em momentos de maior repressão e conflito emergem ainda mais e parecem instituir uma passividade e uma dita acomodação das classes populares em relação às decisões governamentais e ações da classe dominante. A violência insurge socialmente em períodos em que ameaça à perda de poder é iminente e a força se torna imperiosa, movida pela ação organizada da classe dominante sobre os oprimidos. É o que discute *Hanna Arendt* na obra em que analisa a violência:

“Mesmo a dominação mais despótica de que temos conhecimento, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não repousava em instrumentos de coerção superiores como tais, mas em uma organização do poder mais aperfeiçoada isto é, na ‘solidariedade organizada dos senhores’. Homens isolados sem outros que os apóiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida. Assim, nas questões internas, a violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes – isto é, contra indivíduos isolados que, pode-se dizer, recusam-se a ser dominados pelo consenso da maioria”. (Arendt, 1969: 31)

A dominação imposta pela violência propriamente dita ou pela violência simbólica, deixa suas marcas na história de vida dos indivíduos, nos corpos e mentes, por meio de regras e formas de dominação que, conforme nos fala *Bourdieu*, constituiria mais do que conformismo, mas um *habitus* legitimado e repassado em gerações.

“*Pierre Bourdieu* elabora, assim, um sistema teórico que não cessará de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles”. (Vasconcellos 2002:81)

3. Conclusão

Conforme discutido neste breve artigo, os conceitos de *Bourdieu* podem contribuir para refletirmos sob alguns aspectos da participação social nos espaços institucionalizados, bem como, nos valores e motivos da mobilização de sujeitos sociais na luta por direito. A diversidade de lutas sociais, exercida por

diferentes grupos, parece estabelecer formas distintas de comunicação e linguagens próprias, que de alguma forma, precisam ser compartilhadas em ações cooperativas no enfrentamento das complexas formas de expropriação do capital na atualidade. O uso da tecnologia pode estar a favor dessas reivindicações, favorecendo o domínio de sentidos e conhecimentos oriundos de campos específicos como o científico e econômico para uma lógica popular, consolidando estratégias fundamentais de funcionamento desses espaços e de continuidade das lutas.

Ao retomarmos a imagem dos espantalhos do poema de Portinari do início do texto, resgatamos o sentido de que talvez possamos resignificar o espanto de nossa civilização, garantindo as conquistas de políticas afirmativas e efetivas de garantia de direitos da população mais pobre, afastando os predadores da justiça social e os fantasmas da iniquidade, da fome, da violência, das doenças incuráveis, das pesquisas antiéticas e racistas e da geração do lucro desmedido que desrespeita a vida, perpetuando mazelas que afligem a nossa condição humana e que impossibilitam a objetivação de ideias que verdadeiramente transformem a realidade.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Da violência**. 1970. Disponível em: <<http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BORDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Propos sur Le champ politique**. Presses universitaires de Lyon, 2000.

_____. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. São Paulo: Ed. Papirus, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

_____. **Decreto n. 6.788 de 1941**. Ministério da Educação e Saúde. 1941 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. Disponível em:
<<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/angela-davis.pdf>>.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Disponível em:
<<https://pt.scribd.com/document/31812245/Georg-Lukacs-Historia-e-consciencia-de-classe-Estudos-sobre-a-dialetica-marxista>>.

MARTINS, C. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a Sociologia da Educação. **Em Aberto**, Brasília, ano 9. n. 46, abr. jun. 1990.

MARTELETO, Regina Maria; Pimenta, Ricardo Medeiros. (Org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

RAMOS, MH. Para a Análise dos Movimentos Sociais Urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho de Marx. **Revista Praia Vermelha**, Estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, v. 26, p. 11-60. 2016.

TORO, J. B; Werneck. N. **Mobilização social**: um novo modo de construir a democracia e a participação. UNICEF- Brasil, 1996.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educ. Soc.**, São Paulo, v.23, n.78, p.77-87, 2002.